



Antonio Cruz/ABR

Na Praça dos Três Poderes, oficina de sensibilização discute o preconceito e o estigma contra as vítimas da Aids

Um dia de luta contra o preconceito

Um jovem dentro de uma bolha transparente, impedido de tocar quem estivesse no ambiente externo, simbolizou a exclusão vivida pelos contaminados pelo HIV e vítimas de preconceito na sociedade. As oficinas

de sensibilização com alunos de escolas públicas do Distrito Federal, na Praça dos Três Poderes, integraram a programação do Dia Mundial de Luta contra a Aids, cuja passagem foi marcada ontem por diversos eventos.

Senado pode votar hoje MPs anticrise

A pauta do Plenário inclui três medidas provisórias, duas das quais foram transformadas em projetos de conversão e visam combater os efeitos da crise financeira. A terceira MP autoriza o governo a doar alimentos a alguns países da América Latina. O presidente do Senado, Garibaldi Alves, acredita que ao menos uma MP será votada hoje. **2 e 3**



Janine Moraes/ABR

No Distrito Federal, integrantes da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros arrecadam mantimentos para as vítimas das enchentes no estado de Santa Catarina

Solidariedade a Santa Catarina é destacada por Paim e Crivella

Marcelo Crivella destacou a solidariedade de todo o país com a população de Santa Catarina, vítima de enchentes que já causaram a morte de mais de uma centena de pessoas. A decisão do governo de liberar o FGTS para os atingidos pela tragédia foi aplaudida em Plenário por Paulo Paim. **7**

Comissão de Orçamento faz mutirão para votar relatórios

A Comissão Mista de Orçamento votará esta semana os dez relatórios setoriais do projeto de lei do Orçamento de 2009. O exame será feito em regime de mutirão. Haverá 11 reuniões, em horários sucessivos, de hoje até sexta-feira. **5**

Senado busca valorizar deficiente

O Senado abre hoje, às 14h, em Plenário, a 4ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Várias atividades ocorrem na Casa até sexta-feira. **3**



Ilustrações do cartunista Maurício de Sousa fazem parte do cartaz de divulgação do evento

Juristas querem fim de prisão especial para diplomados

A extinção do benefício para quem cursou universidade é defendida por juristas da comissão que vai elaborar anteprojeto do CPP. O instituto seria mantido apenas na hipótese de prisão de autoridade ou membro de órgão de segurança. **6**

Presidente do Senado afirma que não há chance de a reforma tributária ser votada este ano no Congresso

Garibaldi pode discutir MPs hoje com Mantega

O PRESIDENTE DO Senado, Garibaldi Alves, disse acreditar que, no encontro agendado para hoje, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, fará um apelo pela aprovação das medidas provisórias editadas pelo governo para enfrentar a crise financeira internacional. A MP 442/08, que permite ao Banco Central comprar carteiras de bancos pequenos, e a MP 443/08, que autoriza o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a comprarem ações de instituições financeiras privadas, estão na pauta da sessão.

– Pelo menos uma MP nós votaremos amanhã [hoje]. Não sei exatamente o que o ministro Mantega vai pedir, mas ele, vindo aqui no dia em que estão na pauta as MPs, é claro que vai fazer o apelo. E, se ele for muito convincente, aí, sim, facilitará o trabalho – afirmou.

Garibaldi descartou qualquer chance de a reforma tributária, enviada ao Congresso pelo governo, ser aprovada ainda este ano. Para o presidente do Senado, a única maneira de aprová-la com rapidez seria por meio de convocação extraordinária em janeiro. Mas para isso, observou, é preciso antes haver interesse do governo e um amplo acordo com as lideranças partidárias para garantir a aprovação.

– Não acho fácil. Na Câmara, o projeto continua encontrando

dificuldades para ser aprovado, o que significa que ele não é tão consensual como se pensa. Aqui no Senado, poderá não ser também, inclusive porque aqui há um projeto, elaborado por senadores, de uma comissão especial presidida por Tasso Jereissati [PSDB-CE] e cujo relator é o senador Francisco Dornelles [PP-RJ]. É preciso haver um entendimento para saber se é o caso de convocar o Congresso.

Compilação

Garibaldi Alves informou que, assim que for destrancada a pauta com a votação das duas MPs, uma série de propostas já estão prontas para votação. Ele adiantou que pretende fazer uma compilação das proposições para facilitar o trabalho das lideranças.

– Esta semana só tem essas duas MPs. Depois, tem dois projetos com urgência, o dos sacoleiros e o Super Simples – afirmou.

O senador lembrou que ainda não foi elaborado o projeto de lei que substituirá a MP das Filantrópicas (MP 446/08), criticada pela oposição por abrir a possibilidade de anistiar entidades sob investigação. Ele disse que já foi criado um grupo com esse fim e que falta acelerar o processo. O presidente da Casa acrescentou que a MP só tranca a pauta a partir de fevereiro.

Cícero Lucena defende arcebispo criticado por apoio a Cunha Lima



Senador lamenta que debate resvale para "agressões e ofensas"

do para "agressões e ofensas", como as que sofreu o arcebispo por ter participado de um evento em apoio ao governador.

– Tem havido alguns exageros em função do problema que se criou pela tentativa de cassar o mandato de alguém que foi escolhido pela maioria do povo.

O senador Cícero Lucena (PSDB-PB) defendeu ontem o arcebispo de João Pessoa, dom Aldo Pagotto, em razão das críticas que o religioso vem sofrendo por seu apoio ao governador Cássio Cunha Lima, que teve o mandato cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) mas que, devido a liminar concedida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), permanecerá no cargo até o julgamento final do caso.

Cícero Lucena lamentou que o debate travado em seu estado em torno da possível cassação de Cunha Lima esteja resvalan-

O parlamentar leu carta endereçada a dom Aldo Pagotto pelo monsenhor Virgílio Bezerra de Almeida, pároco da igreja Santa Júlia, em João Pessoa. Na carta, publicada pelo jornal *O Norte*, o monsenhor elogia as qualidades de honestidade e franqueza do arcebispo, que esteve no centro de outras polêmicas em razão de declarações à imprensa, como assinalou o pároco. Virgílio de Almeida ressalta ainda as virtudes da "misericórdia e da compaixão para com os famintos", pelas quais dom Aldo tem se notabilizado.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário deve analisar medida sobre redesconto

Às 14h, a sessão é deliberativa. Na hora do expediente haverá a solenidade de abertura da 4ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, com lançamento do carimbo comemorativo e dos selos personalizados dos

Correios. O primeiro item da pauta de votações é o projeto de lei de conversão (MP 442/08) que dispõe sobre as operações de redesconto pelo Banco Central e autoriza a emissão de letra de arrendamento mercantil.



Marcia Mouriz

Reunião de líderes e audiência com ministro da Fazenda

O presidente Garibaldi Alves participa, às 10h30, no Salão Negro do Congresso Nacional, da abertura das festividades em comemoração à 4ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência; às 11h30, recebe

o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e líderes do Senado para audiência; às 14h, preside a sessão especial de abertura da 4ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, com lançamento do carimbo

e dos selos "Diferenças em Perfeita União", dos Correios; participa, às 15h, de reunião da União dos Vereadores do Brasil, quando será discutida a PEC 20; e, às 16h, preside a ordem do dia.

CAE vota benefício para deficiente mental



Marcia Kolumbe

Às 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se para a votação, dentre 13 itens em pauta, do projeto que isenta do Imposto de Renda parte dos rendimentos do responsável pelo tratamento doméstico de pessoa com deficiência mental. O objetivo da proposta é atenuar as dificuldades financeiras de famílias que têm de prover as necessidades inerentes a esse tratamento. Também deverá ser analisado projeto que autoriza a criação da Secretaria Nacional do Teatro.

Audiência debate desempenho olímpico

Audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) avalia, às 10h, o desempenho da delegação brasileira nas Olimpíadas de Pequim e as políticas públicas para o esporte olímpico.

Estão convidados para o debate, entre outros, o ministro do Esporte, Orlando Silva; o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Nuzman; atletas e autoridades de estados brasileiros.



Marcia Kolumbe



Leopoldo Silva

CMO analisa relatórios setoriais

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) se reúne, a partir das 17h, para apresentação, discussão e votação dos relatórios setoriais apresentados à proposta orçamentária para 2009 (PL 38/08-CN), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009.

Velocidade de escoamento de águas pluviais

Em reunião que tem início às 11h30, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) deve votar, entre 11 itens em pauta, o projeto de lei que visa determinar que o planejamento para a prestação de serviços de saneamento básico inclua sistemas de redução da velocidade de escoamento de águas pluviais.



Marcia Kolumbe

Comissão parlamentar de inquérito

A CPI das ONGs realiza, às 15h, reunião administrativa.



J. Freitas

Reforma do Regimento Interno do Senado

A comissão temporária interna criada com a finalidade de apresentar projeto para reforma do Regimento Interno do Senado reúne-se às 14h.

Turma da Mônica abre 4ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência

Às 10h, no Salão Negro, ocorre a abertura da 4ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, com autógrafos do cartunista Mauricio de Sousa; apresentação do Coral do Senado e da peça de teatro *Mundo Azul*, da Turma da Mônica; e exibição de vídeo do Programa de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência, produzido pela TV Senado.

Pauta do Plenário inclui 51 itens, mas MPs têm prioridade na votação. Uma delas permite ao governo doar alimentos para países da América Latina

Homenagem ao Confea, pelos 75 anos de criação

Os 75 anos de existência do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) serão lembrados pelo Senado na primeira parte da sessão deliberativa de quinta-feira, a partir das 14h. A homenagem foi proposta pelo senador Marcelo Crivella (PRB-RJ).

O Confea foi criado em 11 de dezembro de 1933, por meio do Decreto 23.569, assinado pelo então presidente da República Getúlio Vargas. O conselho representa também geógrafos, geólogos, meteorologistas, tecnólogos dessas modalidades, técnicos industriais e agrícolas. O Sistema Confea/Creia (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) tem 900 mil profissionais registrados em seus cadastros.

Segundo o site oficial do colegiado, o Confea "zela pelos interesses sociais e humanos de toda a sociedade e, com base nisso, regulamenta e fiscaliza o exercício profissional dos que atuam nas áreas que representa, tendo ainda como referência o respeito ao cidadão e à natureza".

Histórico

No requerimento, Crivella relata a evolução da profissão de engenheiro, observando que, desde o período colonial até o Império, a Engenharia, a Arquitetura e a Agrimensura eram exercidas por pessoas de formações diversas, engenheiros formados na Europa ou em aulas de fortificações existentes no país e por pessoas que trabalhavam nos canteiros de obras.

O senador também destaca o surgimento da Arquitetura no Brasil. Ele registra que, em Minas Gerais, no ano de 1724, o português Manoel Francisco Lisboa obteve a primeira carta de carpinteiro, considerada à época a melhor das profissões por abranger vários ofícios – entre os quais o de desenhar plantas. Seu filho, Antônio Francisco Lisboa, o escultor Aleijadinho, escolheu a mesma profissão.



Já aprovados na Câmara, projetos de lei de conversão dão ao país instrumentos para enfrentar reflexos da crise mundial

Plenário deve votar hoje MPs da crise financeira

O SENADO REALIZA hoje sessão deliberativa para examinar uma pauta com 51 itens, dos quais três são medidas provisórias (MPs), que têm prioridade de votação sobre as demais matérias. Duas das MPs foram transformadas em projetos de lei de conversão (PLVs) e visam contornar a crise financeira internacional, enquanto a terceira MP, aprovada na íntegra pela Câmara dos Deputados, autorizou o governo brasileiro a doar alimentos para alguns países da América Latina.

Primeiro item da pauta, o PLV 29/08, proveniente da MP 442/08, dispõe sobre operações de redesconto pelo Banco Central e autoriza a emissão da letra de arrendamento mercantil (LAM). O objetivo é ampliar a atuação do Banco Central e socorrer instituições financeiras em dificuldade em razão da crise financeira internacional.

Esse PLV, com o propósito de assegurar níveis adequados de liquidez no sistema financeiro, estabelece que o Conselho Monetário Nacional (CMN) poderá criar critérios e condições especiais de avaliação e aceitação de ativos recebidos pelo BC em operações de redesconto em moeda nacional ou em garantia

de operações de empréstimo em moeda estrangeira.

O relator do PLV na Câmara, deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), acolheu emendas dos deputados com o objetivo de dar maiores garantias e transparência às operações previstas na proposta.

Já o PLV 30/08, proveniente da MP 443/08, autoriza o Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias integrais ou controladas e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil. A matéria também visa contornar a crise financeira internacional, permitindo que os dois bancos adquiram, além de instituições financeiras públicas e privadas, empresas dos ramos securitário, previdenciário, de capitalização e as demais previstas na Lei 4.595/64, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias e cria o Conselho Monetário Nacional (CMN).

Para adquirirem as empresas e instituições financeiras, o BB e a Caixa deverão contratar empre-

sas avaliadoras especializadas, cujos dirigentes não possuam interesses nas empresas objeto da análise. Fica dispensado, nesses casos, o procedimento de licitação. A realização desses negócios poderá ocorrer por meio de incorporação societária, incorporação de ações, aquisição e alienação de controle acionário, bem como por qualquer outra forma de aquisição de ações ou participações societárias previstas na legislação.

Medidas permitem que BB e Caixa socorram instituições financeiras em dificuldade

Doação

A MP 444/08 autorizou o governo brasileiro a doar arroz, leite em pó e sementes de hortaliças para Cuba, Haiti, Honduras e Jamaica, com vistas a atender às populações desses países afetadas por eventos climáticos adversos de grandes proporções. Segundo a justificativa do Executivo, esses acontecimentos causaram mortes, desabastecimento e situação de risco para a população devido à falta de alimentos. Pela MP, o governo ficou autorizado a doar até 45 mil toneladas de arroz beneficiado e até 2 mil toneladas de leite em pó.

Jobim discute reativação da Quarta Frota

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realizará amanhã, às 10h, audiência pública com a presença do ministro da Defesa, Nelson Jobim, sobre a reativação das atividades, no Atlântico Sul, da Quarta Frota da Marinha dos Estados Unidos da América. A reunião ocorrerá na sala 7 da Ala Alexandre Costa.

Desde maio deste ano senadores têm comentado e criticado a reativação da frota norte-americana nas águas da América Latina, determinada pelo presidente George W. Bush. Em julho, o senador José Nery (PSOL-PA) discursou em Plenário criticando a iniciativa do governo americano. Para ele, o fato representa "um verdadeiro ataque à soberania brasileira e uma ameaça à paz



Nelson Jobim será ouvido pela Comissão de Relações Exteriores na região".

Também em julho, durante reunião da CRE, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse ser "radicalmente contra" a decisão do governo dos Estados Unidos de reativar a Quarta Frota. Ele afirmou ter as "piores recordações" sobre a presença norte-

americana na América do Sul – em referência à participação do governo dos EUA na deposição do então presidente brasileiro João Goulart, em 1964.

No mesmo mês, Simon, Eduardo Suplicy (PT-SP), João Pedro (PT-AM) e Cristovam Buarque (PDT-DF) manifestaram ao embaixador dos Estados Unidos, Clifford Sobel, preocupação com a proposta.

Dias depois, senadores da CRE reuniram-se com Jobim e o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, para discutir o tema. Já no final do mesmo mês de julho, o Parlamento do Mercosul aprovou projeto de declaração, apresentado por Aloizio Mercadante (PT-SP), que considera "inoportuna e desnecessária" a reativação da referida esquadra.

Começa semana de apoio à pessoa com deficiência

Será aberta hoje na hora do expediente que antecede a sessão plenária deliberativa, às 14h, a 4ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. O requerimento para a realização do evento é do presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho.

No Salão Negro, às 10h30, haverá apresentação e autógrafos do cartunista Mauricio de Sousa. Em seguida, o Coral do Senado interpretará as músicas *Meu nome é Luca* e *Dorinha*, da Turma da Mônica. Também serão lançados o carimbo comemorativo dos Correios e o selo com o lema "Diferenças em perfeita união".

Diversas atividades estão na agenda da semana, que termina nesta sexta-feira: *show* com o humorista Geraldo Magela, *show* de *reggae* com a Banda Zaktar e audiências públicas sobre dois temas: "O Paraesporte no Brasil" – na Comissão de Educação, Cultura e Esporte; e "A Capacitação para o Trabalho e a Empregabilidade da Pessoa com Deficiência" – nas comissões de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Haverá caminhada com trio elétrico, em frente à Avenida das Bandeiras, e a exibição das peças de teatro *Deixa eu pintar o meu nariz*, com a Companhia Língua de Trapo, e *Mundo azul*, com a Turma da Mônica.

A Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência foi instituída no Senado em 2005, com a presença de artistas e representantes de movimentos sociais. No evento, são discutidas estratégias de inclusão do portador de deficiência na sociedade.

Estatuto

Paulo Paim (PT-RS) informou que o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, aprovado no Senado em dezembro de 2006, está pronto para entrar na pauta de votações do Plenário da Câmara, onde tem prioridade na tramitação.

Fórum debate o desafio de explorar petróleo no pré-sal

Como aplicar os recursos públicos advindos da exploração do petróleo: poupar para as gerações futuras, investir em políticas públicas voltadas para os mais pobres ou cobrir o déficit da Previdência?

Essas e outras questões serão abordadas no fórum Senado Debate Brasil, que em sua quarta edição pretende tratar dos múltiplos desafios para transformar a exploração do petróleo da camada pré-sal em maior bem-estar para a sociedade brasileira.

Com painéis de debates e palestras de autoridades, pesquisadores e consultores, o encontro sobre o tema "Nova Fronteira do Petróleo: Os Desafios do Pré-Sal", será aberto

amanhã, às 9h, pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves. Caberá ao doutor em Economia pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT) Roberto Rigobon fazer a primeira palestra. Depois, falará a economista do Banco Mundial Nina Todorova Budina.

O fórum, com duração de dois dias, é promovido pelos seguintes órgãos do Senado: Secretaria Especial de Comunicação Social, Consultoria Legislativa, Secretaria de Coordenação Técnica e Relações Institucionais, Programa Interlegis, Instituto Legislativo Brasileiro, e, também, pelo Ministério de Minas e Energia, e pela Embaixada dos Estados Unidos no Brasil.

Comissão pode regulamentar recall de produto defeituoso

Projetos de Casagrande, na CMA, beneficiam consumidores e moradores de centros urbanos

Foto de Senador Magalhães



Projeto de Renato Casagrande tem parecer favorável da relatora, senadora Marisa Serrano. CMA também quer reduzir nas cidades velocidade de escoamento de águas das chuvas

A COMISSÃO DE Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) vota hoje projeto do senador Renato Casagrande (PSB-ES) que regulamenta a forma de realização de campanhas publicitárias de *recall* de produtos e serviços defeituosos que já estejam no mercado. A matéria será examinada em decisão terminativa. A relatora, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), é favorável à proposta, mas apresentou emendas que alteram a redação ou a forma de apresentação do texto.

De acordo com o projeto (PLS 190/08), o fornecedor que tiver conhecimento da periculosidade ou nocividade de produtos e serviços, posteriormente à sua introdução no mercado, deverá comunicar o

fato imediatamente, por escrito, ao Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, órgão integrante da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, aos órgãos estaduais de defesa do consumidor e a todas as autoridades com competência para atuar nessa área.

A proposta determina que, imediatamente após a comunicação, o fornecedor deverá realizar campanha publicitária em todos os locais onde haja consumidores do produto ou serviço, com esclarecimentos sobre o defeito, os riscos decorrentes de sua utilização, as medidas preventivas e corretivas que o consumidor deve tomar e demais informações que visem resguardar a segurança dos consumidores.

Também está na pauta da CMA

projeto de Casagrande que altera a Lei de Saneamento Básico (Lei 11.445/07) para incluir medidas de redução da velocidade de escoamento de águas pluviais no planejamento do setor. A matéria tem relatório favorável de Almeida Lima (PMDB-SE) e receberá decisão terminativa na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

Conforme o autor do projeto (PLS 205/08), é necessário atentar para as novas tecnologias de drenagem. Hoje, observa o parlamentar do Espírito Santo, priorizam-se tecnologias que levem ao escoamento mais rápido da água proveniente das chuvas, o que traz como consequência direta aumento dos picos de vazão à jusante e, desse modo, a ocorrência de inundações.

Congresso presta amanhã homenagem a Chico Mendes

O trabalho realizado pelo líder sindical e ambientalista Chico Mendes será lembrado amanhã, em sessão solene do Congresso Nacional, às 11h. Antes, às 10h, haverá debate com estudantes da rede pública do Distrito Federal sobre a luta dos seringueiros pela preservação da floresta amazônica e apresentação do cantor acreano Sérgio Souto. A homenagem, proposta pelos senadores Tião Viana (PT-AC), Marina Silva (PT-AC) e Cristovam Buarque (PDT-DF) e apoiada por diversos parlamentares, visa marcar os 20 anos do assassinato do líder acreano.

Participam da homenagem, ao lado de senadores e deputados, familiares do ambientalista, como sua esposa, Ilzamar Mendes, seus filhos e seu primo e o sindicalista Raimundo Barros. Foram convidados ainda os ministros da Justiça, Tarso Genro, e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, além do jornalista Zuenir Ventura, autor de livro e de diversas reportagens sobre Chico Mendes. Também estarão presentes na sessão Suely Bellato, integrante da Comissão de Anistia

do Ministério da Justiça, e representantes do Conselho Nacional dos Seringueiros e do Fórum Brasileiro de ONGs e de Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Fboms).

Chico Mendes foi fundador do Partido dos Trabalhadores no Acre e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri. Em 1985, liderou o 1º Encontro Nacional de Seringueiros, que resultou na aprovação da proposta denominada União dos Povos da Floresta, unificando interesses de seringueiros e índios em defesa da Amazônia. Com a repercussão nacional e internacional do movimento, o ambientalista recebeu diversos prêmios, entre os quais o Global 500, oferecido pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Como resultado das ações lideradas por Chico Mendes pela preservação da floresta, foram criadas reservas extrativistas no Acre, contrariando interesses de grandes proprietários de terras. Seguidas ameaças de morte ao ambientalista foram reportadas a autoridades policiais, o que, no entanto, não evitou seu assassinato, ocorrido em 22 de dezembro de 1988.

Congresso Nacional fará homenagem aos palestinos

O Congresso Nacional realiza na quinta-feira, às 11h, sessão solene pela passagem do Dia Internacional de Solidariedade com o Povo Palestino, celebrado em 29 de novembro. O senador Cristovam Buarque (PDT-DF), autor do requerimento, fez a solicitação "diante da relevância desse fato para a Humanidade e da luta do povo palestino pelos seus direitos inalienáveis".

O documento informa que assembleia geral da Organização das Nações Unidas (ONU), então presidida pelo brasileiro Oswaldo Aranha, aprovou, em 1947, resolução na qual propôs a divisão do território da Palestina em dois Estados: um árabe e outro judeu. Trinta anos depois, em 1977, outra assembleia da

ONU sugeriu nova resolução, solicitando que, todos os anos, fosse celebrado o Dia Internacional de Solidariedade com o Povo Palestino.

Ainda conforme destaca o requerimento, reunida em assembleia em 1º de dezembro de 2005, a Organização das Nações Unidas aprovou outra resolução, em que encoraja os Estados membros a continuarem dando apoio e publicidade à data. Ficou definido também que o Comitê para o Exercício dos Direitos Inalienáveis do Povo Palestino deve organizar exposição anual sobre o tema ou um evento cultural em cooperação com a Missão Permanente de Observação da Palestina junto à ONU.

Audiência discute desempenho nas Olimpíadas

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) promoverá hoje, a partir das 10h, audiência pública sobre o desempenho da delegação brasileira nas Olimpíadas de Pequim, ocorridas em agosto passado, e sobre as políticas públicas para o esporte olímpico. O ministro do Esporte, Orlando Silva, está entre os convidados para debater o assunto.

A reunião será realizada em razão de dois requerimentos. O primeiro foi apresentado pelos senadores Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Marisa Serrano (PSDB-MS). O segundo é de autoria de Renato Casagrande (PSB-ES). Ambos os requerimentos questionam os resultados, considerados modestos pelos senadores, obtidos pelo Brasil nas Olimpíadas, apesar dos crescentes investimentos públicos no esporte.

Casagrande, por exemplo, ressal-

ta no documento o "forte debate" promovido pela imprensa especializada, logo após os Jogos de Pequim, a respeito da "efetividade das políticas públicas hoje desenvolvidas no âmbito do desporto".

Marisa e Zambiasi, por sua vez, observam que o governo chegou a investir aproximadamente R\$ 1,2 bilhão no esporte nacional durante os últimos sete anos, aí incluídas as verbas da Lei de Incentivo ao Esporte

Investimento e resultado



Nos últimos sete anos, o governo investiu aproximadamente R\$ 1,2 bilhão no esporte nacional, incluídas as verbas da Lei de Incentivo ao Esporte e do programa Bolsa Atleta.

Apesar disso, o Brasil regrediu, em agosto, no quadro geral de medalhas, da 16ª para a 23ª posição, em relação à Olimpíada anterior.

Fonte: Senadores Sérgio Zambiasi e Marisa Serrano

e do programa Bolsa Atleta. Apesar disso, recordam os parlamentares, o Brasil regrediu no quadro geral de medalhas, da 16ª para a 23ª posição, em relação à Olimpíada anterior.

Devem comparecer à audiência, além do ministro, o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Carlos Arthur Nuzman; o técnico da Seleção Brasileira Masculina de Voleibol, Bernardo

Rezende, mais conhecido como Bernardinho; e o secretário de estado de Esporte, Lazer e Turismo de São Paulo, Cláury Santos Alves da Silva.

Participarão ainda do encontro a ex-atleta e presidente do Instituto Esporte e Educação, Ana Moser, e o membro da Assembléia Geral do Comitê Olímpico Brasileiro e da Corte Arbitral do Esporte em Lausanne (Suíça), Alberto Murray Neto.

Debate sobre empréstimos à Petrobras será na quinta

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) transferiu para quinta-feira, às 10h, a audiência pública sobre empréstimos à Petrobras. Devem participar os presidentes da estatal, Sérgio Gabrielli, da Caixa Econômica Federal, Maria Fernanda Ramos Coelho, e do Banco do Brasil, Antônio Francisco de Lima Neto.

A audiência havia sido inicialmente marcada para hoje. Os presidentes das duas instituições financeiras, no entanto, tinham agenda com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em Pernambuco, para a assinatura de convênios. Apenas Gabrielli poderia comparecer à comissão.

A audiência foi requerida pelos senadores Tasso Jereissati (PSDB-CE)

e Arthur Virgílio (PSDB-AM), devido a uma operação de crédito de curto prazo no valor de R\$ 2,022 milhões feita pela Petrobras junto à Caixa, em 30 de outubro. A preocupação dos parlamentares é com a possível fragilidade financeira da estatal.

Depois de manifestarem estranheza quanto à operação, Tasso Jereissati e Arthur Virgílio ouviram, na quarta-feira, de parlamentares da bancada governista declarações no sentido de que a operação era normal.

Mão Santa

Ontem, ao comentar editorial do jornal *Gazeta Mercantil* segundo o qual "banco público não pode ser hospital de estatais", Mão Santa

(PMDB-PI) criticou os empréstimos concedidos à Petrobras.

O senador declarou que a operação de socorro de um banco público à maior empresa estatal brasileira desperta dúvidas. Ele questionou, por exemplo, a autorização dada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para o empréstimo.

Mão Santa disse que a Petrobras, por ser estatal, é proibida de levantar recursos no mercado doméstico. A permissão do CMN teve como justificativa o desaparecimento das linhas de financiamento externo, fonte básica de captação da empresa. O conselho autorizou o empréstimo no dia 30 de outubro, mas somente divulgou a medida após a estatal ter obtido o crédito.

O parlamentar piauiense também criticou o empréstimo de R\$ 750 milhões feito pela Petrobras junto ao Banco do Brasil.

Debate com presidentes da estatal e da Caixa tinha sido inicialmente marcado para hoje



Leopoldo Silva

Comissão de Orçamento reúne-se hoje às 14h e às 17h. Também estão na pauta requerimentos e mensagens, além do projeto de lei orçamentária para 2009

Projeto cria licença para capacitação profissional

A cada triênio trabalhado, o empregado regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) poderá afastar-se de suas atividades por, no mínimo, 120 horas para frequentar cursos de capacitação profissional na área relacionada aos interesses produtivos da empresa, sem qualquer prejuízo do emprego ou salário. É o que determina projeto de lei de autoria do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) a ser examinado amanhã, a partir das 11h, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A proposta (PLS 28/08) prevê que o empregado que pedir demissão antes de um ano após o gozo da licença capacitação será obrigado a ressarcir ao empregador o equivalente ao salário recebido durante a licença. Cristovam Buarque afirmou ter apresentado a proposta após ler reportagens indicando que muitas vagas no mercado de trabalho não estão sendo preenchidas porque os candidatos não têm qualificação para exercer as atividades requeridas.

O relator, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), considerou a matéria de enorme alcance social. Para ele, a medida, caso venha a ser transformada em lei, poderá ajudar a preencher novas vagas que deverão ser criadas em setores que exigem qualificação profissional, como o de tecnologia da informação.

Valadares acrescentou, porém, emendas ao texto. Ele sugere que seja decisão do empregador a fixação do número de empregados submetidos ao mesmo tempo ao processo de capacitação e que a empresa possa selecionar os cursos a serem realizados. O senador propõe ainda que o empregado deverá comprovar a frequência e o aproveitamento da capacitação após o fim da licença.

Agentes de saúde

Na mesma reunião, a CAS, presidida pela senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), deverá votar, também em decisão terminativa, projeto de Expedito Júnior (PR-RO) determinando que as atividades desenvolvidas pelos agentes de saúde e de combate a endemias deverão ser consideradas insalubres (PLS 477/07).

Expedito Júnior lembra que esses agentes trabalham em contato permanente com inseticidas e outros produtos nocivos à saúde. A relatora, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), é favorável à aprovação da matéria.



Jonas Pereira

Cristovam: vagas não são preenchidas por falta de qualificação profissional

CMO promove mutirão para examinar relatórios setoriais

Até sexta-feira, comissão deve realizar 11 reuniões. Já foram apresentados os relatórios das áreas de Justiça e Defesa, Trabalho e Previdência, Agricultura e Pecuária e Poderes de Estado. Os documentos podem ser consultados pela internet

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) deflagra esta semana a votação dos relatórios setoriais do projeto de lei do Orçamento de 2009. O exame dos dez documentos – última etapa antes da análise pelo colegiado – será feito em regime de mutirão. Haverá 11 reuniões, em horários sucessivos, a partir de hoje até sexta-feira.

A comissão se reúne hoje às 14h e às 17h. Nos demais dias, também haverá reuniões às 10h. No período, o colegiado deve examinar ainda requerimentos e mensagens. Os quatro relatórios setoriais podem ser consultados pela internet (www2.camara.gov.br/comissoes/cmo).

Justiça e Defesa

O governo destinou, para 2009, R\$ 62,68 bilhões à área de Justiça

e Defesa. Do total previsto para o setor, que tem como relator o deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), R\$ 9,34 bilhões foram direcionados ao Ministério da Justiça e R\$ 53,34 bilhões para o Ministério da Defesa. Rollemberg aprovou 379 emendas, no valor total de R\$ 4,75 bilhões.

Trabalho e Previdência

As despesas do Ministério da Previdência Social somam R\$ 240,1 bilhões. Desse total, 95% se destinam a pagamento de benefícios previdenciários. Para o Ministério do Trabalho e Emprego, o governo reservou R\$ 42,8 bilhões. Já o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome recebeu R\$ 33,12 bilhões.

Nessa área, relatada pelo senador Gim Argello (PTB-DF), foram

apresentadas 587 emendas, em valores próximos a R\$ 3 bilhões. Para atendê-las, o senador contou com R\$ 331,9 milhões.

Agricultura

O relatório de Agricultura e Desenvolvimento Agrário, preparado pelo senador Neuto de Conto (PMDB-SC), destina R\$ 7,1 bilhões para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Já o Ministério do Desenvolvimento Agrário foi contemplado com R\$ 4,6 bilhões. A relatoria recebeu 714 emendas, envolvendo pleitos de R\$ 3,4 bilhões, mas só contou com R\$ 671,8 milhões para atender os pedidos.

Poderes de Estado

Para a área de Poderes e Apresentação, a proposta prevê R\$

51 bilhões: para o Legislativo, R\$ 7,65 bilhões; Judiciário, R\$ 39,7 bilhões; e Executivo, R\$ 12,49 bilhões – além das despesas da Presidência da República, estão incluídos ainda os orçamentos do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério Público, e do Ministério da Pesca e Aquicultura.

A área recebeu 292 emendas, num total de R\$ 3,3 bilhões. Desse, R\$ 1,7 bilhão (42,5%) destinavam-se às áreas de direitos humanos, mulheres e promoção da igualdade racial. Para o Ministério da Pesca e Aquicultura, os pedidos totalizaram R\$ 394,6 milhões. No entanto, o relator, deputado Guilherme Campos (DEM-SP), só contou com repasses de R\$ 322,99 milhões para suprir as propostas aprovadas (43 emendas coletivas e 245 individuais).

CCJ vota fim de prazo para impetrar mandado de segurança



José Cruz

O mandado de segurança poderá deixar de ter prazo para ser impetrado. A proposta, do senador Marco Maciel (DEM-PE), está na pauta da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) de amanhã. A matéria receberá no colegiado decisão terminativa.

Mandado de segurança é uma ação civil constitucional conceituada como garantia fundamental para a proteção de direito líquido e certo não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data* em que figure como responsável pela ilegalidade ou abuso do poder autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público.

Pelo artigo 18 da Lei 1.533/51, o direito de requerer o mandado de segurança se extingue depois de decorridos 120 dias contados da ciência, pelo inte-

ressado, do ato impugnado.

Segundo Maciel, o objetivo do projeto (PLS 368/07), ao revogar o prazo prescricional, é pôr fim "à grave limitação do direito ao mandado de segurança, um dos fundamentos dos direitos individuais, sociais e humanos".

O relator da matéria, senador Valter Pereira (PMDB-MS), apresentou parecer favorável.

Partidos

A CCJ deve apreciar, também em decisão terminativa, projeto de Sérgio Guerra (PSDB-PE) que proíbe os partidos políticos de divulgarem, em seus programas gratuitos no rádio e na televisão, propaganda em benefício de filiados a outras agremiações.

A proposta (PLS 576/07) tem o objetivo de impedir a atuação das chamadas legendas de aluguel, que promovem, no

semestre anterior às eleições, futuros candidatos de outros partidos. O relator, Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), é favorável à matéria.

Busca e apreensão

Outra matéria a ser examinada é a proposta de emenda à Constituição (PEC 84/03) que autoriza o Ministério Público e os órgãos policiais a determinarem a invasão do domicílio de qualquer indivíduo, durante o dia, medida atualmente restrita ao Judiciário.

Segundo o autor da proposta, senador Demostenes Torres (DEM-GO), "a possibilidade de somente a autoridade judiciária autorizar a busca e apreensão domiciliar tem servido como valioso instrumento criminoso e de impunidade". O relator, Jarbas Vasconcelos, é contrário à proposta.

Marco Maciel, presidente da Comissão de Justiça, é autor de proposta que será examinada amanhã



Gerritão Maggela

Senador pede audiência sobre tortura de presos

Mão Santa quer apurar denúncia

Documentos sobre denúncia do Ministério Público relacionada à ocorrência de tortura contra presos no município de Picos (PI) foram entregues ontem pelo senador Mão Santa (PMDB-PI) ao presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), Paulo Paim (PT-RS).

Mão Santa informou que o caso chegou a seu conhecimento por intermédio de representantes do Ministério Público. Paim disse que levará o assunto ao conhecimento dos senadores que integram a CDH.

Audiência

Por sugestão do senador do Piauí, Paim anunciou que pretende convidar as partes envolvidas no caso para audiência na CDH.

De acordo com Mão Santa, o Ministério Público do Piauí e a Ordem dos Advogados do Brasil daquele estado denunciaram suposta prática de tortura contra três presos por parte de cinco policiais do 4º Batalhão da Polícia Militar da região de Picos.

O crime teria ocorrido, segundo a denúncia, em 1º de outubro passado.

Para integrantes da comissão externa que elabora anteprojeto do CPP, o benefício deve ser mantido apenas na hipótese de detenção de autoridades e de integrantes de órgãos de segurança. Colegiado estuda novas regras sobre prisão preventiva

Juristas defendem fim da prisão especial para diplomados em curso universitário

A PRISÃO ESPECIAL para pessoas que possuem diploma de nível superior poderá ser extinta, de acordo com sugestão dos juristas da comissão externa que está elaborando anteprojeto do novo Código de Processo Penal. O colegiado discutiu o assunto quinta-feira passada.

– A comissão quer eliminar essa relação entre diploma e prisão especial, pois não vemos justificativa plausível do ponto de vista constitucional para se garantir prisão especial aos detentores de diploma de nível superior. Não há uma conexão entre temas, isso fere o princípio da igualdade – disse à Agência Senado o consultor legislativo Fabiano Augusto Martins Silveira, que integra a comissão. Ele informou que a maioria dos membros do colegiado é a favor da extinção do benefício.

No entanto, afirmou Silveira, a comissão não pretende acabar com o instituto da prisão especial, que seria utilizado na hipótese de detenção de autoridades e de integrantes de órgão de segurança pública. No caso das autoridades, a medida é necessária, por se tratar de preservação



J. Freitas

Fabiano Silveira afirma que norma atual fere o princípio da igualdade

do cargo, e não de uma pessoa, explicou ele.

Os juristas também discutiram a prisão preventiva. O colegiado defende a obrigatoriedade de reexame periódico da decisão judicial para que seja observado se os motivos que justificaram a medida ainda persistem. Fabiano Silveira informou que não existe controle sistemático sobre as razões que motivaram a prisão. Há jurisprudência no sentido de que a permanência de uma pessoa presa nessa condição não seja superior a 81 dias. Entretanto, disse o consultor, não se verifica o cumprimento dessa interpretação por não haver uma previsão legal

de tal limite e, muitas vezes, as pessoas permanecem presas por período superior ao sugerido pela jurisprudência.

O colegiado também defende a necessidade de assegurar ao preso o direito de ser assistido por advogado ou defensor público desde o interrogatório policial. Tal garantia, que já vigora nos Estados Unidos desde 1966, bem como em países como Itália, Chile e México, só é assegurada aos brasileiros na fase de interrogatório judicial.

– A nosso ver, seria um ganho do ponto de vista democrático garantir ao preso, desde o momento em que ele é preso em flagrante delito e conduzido ao distrito policial, que seja acompanhado por um advogado para evitar que se arranquem confissões ou haja prática de tortura ou, ainda, para evitar que fatos ocorridos durante o inquérito policial possam contaminar os desdobramentos dos rumos da investigação e do processo – ressaltou Fabiano Silveira.

A próxima reunião da comissão será no dia 9, quando os juristas aprofundarão o debate desses temas. A última reunião deve

acontecer em janeiro, quando os seus integrantes decidirão sobre a necessidade de prorrogação dos trabalhos.

Sugestões

A comissão foi instalada em 9 de julho pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, atendendo a requerimento de Renato Casagrande (PSB-ES), e já recebeu mais de 200 sugestões da sociedade pelo site www.senado.gov.br/novocpp ou pelo e-mail novocpp@senado.gov.br. O grupo é coordenado pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça Hamilton Carvalhido e tem como relator-geral o procurador regional da República Eugenio Pacelli.

Integram ainda o colegiado o juiz federal Antonio Corrêa; o professor da Universidade de São Paulo Antônio Magalhães Gomes Filho; o ex-secretário de Justiça do Amazonas Félix Valois Coelho Júnior; o professor da Universidade Federal do Paraná Jacinto Nelson de Miranda Coutinho; o delegado e presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal, Sandro Torres Avelar; e o promotor de Justiça Tito de Souza Amaral.

Mais de um ano de habilitação para dirigir em rodovia

Tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto que proíbe os motoristas com menos de um ano de habilitação de dirigir em rodovias e estradas. O autor da matéria, Aloizio Mercadante (PT-SP), argumenta que, se o acesso a tais vias for restrito aos condutores “mais experientes”, o índice de acidentes tenderá a cair.

No texto da proposição (PLS 110/03), Mercadante declara que “nas estradas e rodovias, em face das altas velocidades permitidas, e frequentemente ultrapassadas, das comumente longas jornadas de viagem e do mau estado de conservação de muitas delas, os riscos de acidentes fatais são notoriamente maiores que nas vias urbanas”. A proibição, de acordo com a proposta, não se aplicará nos trechos urbanos de estradas e rodovias.

O projeto, que já conta com relatório favorável do senador Edu-

ardo Suplicy (PT-SP), será votado na CCJ em decisão terminativa.

Estatísticas

Em seu relatório, Suplicy apresenta estatísticas elaboradas a partir de dados do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), as quais relacionam o número de acidentes em rodovias federais com o de motoristas “permisionados” – aqueles com menos de um ano de habilitação e que, portanto, possuem apenas a permissão para dirigir. A carteira nacional de habilitação (CNH) é concedida após esse período, se o condutor não tiver cometido nenhuma infração de natureza grave ou gravíssima e não for reincidente em infrações médias. O relator destaca que, por essas estatísticas, “observa-se claramente que a condição de permisionado está associada a um nível proporcionalmente muito maior de acidentes com vítimas em ro-



José Cruz

Para Mercadante (esq., ao lado de Valdir Raupp), restrição pode reduzir acidentes

dovias federais, o que corrobora quantitativamente a hipótese que motivou o projeto”.

Eduardo Suplicy reconhece que há ressalvas em relação à matéria, citando o argumento de que a proibição “seria prejudicial aos moradores de áreas rurais – que não poderiam dirigir durante o estágio probatório de um ano,

uma vez que as rodovias e as estradas são, por definição, vias rurais”.

No entanto, o relator lembra que há que se levar em consideração uma ponderação de interesses na qual a preocupação com a diminuição do número de acidentes e a vida dos cidadãos é superior a qualquer outra.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves • Papaléo Paes • Alvaro Dias • Mão Santa

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
 CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Tragédia em Santa Catarina mobiliza o país, afirma Crivella

Marcelo Crivella (PRB-RJ) lamentou a tragédia provocada pelas chuvas em Santa Catarina e disse que o episódio entristeceu todo o país.

O senador lembrou que as chuvas em Santa Catarina já haviam matado 114 pessoas, deixando 51 mil desalojadas, 21 mil desabrigadas e 19 desaparecidas, em 57 municípios sob situação de calamidade. Ao todo, 1,5 milhão de pessoas já foram afetadas pelas enchentes.

Crivella destacou a solidariedade de toda a população brasileira. Citou como exemplo campanha veiculada pela TV Record, que recebeu voto de aplauso do senador, em favor



Marcelo Crivella cita como exemplo campanha da TV Record

da arrecadação de recursos para a reconstrução das cidades de Santa Catarina. Ele disse ainda que a empresa inovou quando pediu ao Ministério Público para fiscalizar o destino "de cada centavo" recebido das doações.

Paim apóia saque do FGTS por atingidos

O senador Paulo Paim (PT-RS) comemorou ontem, em Plenário, a intenção do governo, anunciada pelo presidente Lula, de flexibilizar as regras para o saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para as pessoas atingidas pelas enchentes em Santa Catarina.

Paim lembrou que tramita no Senado, desde 2003, projeto de sua autoria (PLS 22/03) que permite a movimentação do FGTS para a reconstrução de casa própria destruída em razão de acidentes graves. Atualmente, em casos de calamidade pública é permitido o saque de até R\$ 2.600 do FGTS. O objetivo do governo é aumentar o limite de saque.

Em apertados, Cristovam Bu-



Paim comemora possibilidade de flexibilização de uso do fundo

arque (PDT-DF) e Marcelo Crivella (PRB-RJ) manifestaram apoio ao pronunciamento de Paim.

Estatuto

Em seu discurso, Paulo Paim solicitou ainda a inclusão, nos Anais do Senado, do Manifesto pela Aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

O documento foi apresentado na 2ª Conferência Nacional das Pessoas com Deficiência, que teve início ontem, no Centro de Eventos e Convenções Brasil 21, em Brasília.

Grupo de trabalho vai estudar causas das enchentes no estado

A criação de um grupo de trabalho com especialistas da área ambiental para estudar as mudanças climáticas que provocaram enchentes em Santa Catarina foi proposta ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo ele, nunca se viu catástrofe como essa no país.

– Já tínhamos notícia de cheias e mais cheias naquela região, mas a catástrofe que estamos tendo envolve terras que estão, inclusive, em parques de preservação ambiental totalmente arborizadas e estão se movendo em uma velocidade muito grande – afirmou o presidente, durante a cerimô-

nia de assinatura do Plano Nacional sobre Mudança do Clima no Palácio do Planalto.

Lula disse também que determinou ao ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, que falasse com especialistas ligados à Eletrobrás para fazer um levantamento sobre o que pode ser feito para evitar as enchentes.

FGTS

Em reunião com ministros da coordenação política, Lula decidiu flexibilizar as regras para o saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para as pessoas atingidas pelas enchentes em Santa Catarina.

Para Casagrande, cumprimento de legislação sobre atendimento a clientes dependerá das denúncias de irregularidades, pelos consumidores, aos órgãos de defesa

Consumidor deverá fiscalizar novas regras dos call centers

A EFICÁCIA DAS novas regras para as centrais de atendimento telefônico ao consumidor vai depender da fiscalização dos próprios usuários, disse Renato Casagrande (PSB-ES) ao comentar a entrada em vigor, ontem, das novas regras. Para o senador, a intenção do governo, ao estabelecer as regras, foi reduzir o tempo de espera e a burocracia no atendimento aos clientes.

– Apesar do otimismo do governo federal quanto à eficácia das medidas, o empenho para que elas funcionem efetivamente acabou recaindo sobre o consumidor, que, além de exercer toda a sua paciência, terá de exercer a sua cidadania, denunciando casos de abuso aos órgãos de defesa do consumidor, os procons de seu estado,

os ministérios públicos e as defensorias públicas – afirmou Casagrande.

Mudanças climáticas

Casagrande ainda relatou sua participação, ontem, na reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, quando foi apresentada a proposta do governo federal para o Plano Nacional sobre Mudança no Clima.

O senador ressaltou que o plano engloba ações nas áreas de combate ao desmatamento, energia, consumo, troca de equipamentos, e eletrodomésticos, acrescentando que apresenta meta de redução do desmatamento da ordem de 30% a 40% a cada quatro anos. Segundo Casagrande, o Plano Nacional sobre Mudança no Clima não é um plano de governo,

mas um plano para a sociedade – uma "carta-compromisso que o Brasil assume com a sociedade e com a comunidade internacional".

Em aparte, João Pedro (PT-AM) elogiou o pronunciamento e disse que outros países precisam seguir o Brasil, que, no Plano Nacional sobre Mudança no Clima, estabelece metas também na redução da emissão de CO2.

Casagrande também registrou sua participação no fórum da Globe International, realizado na Cidade do México entre 21 e 23 de novembro deste ano. O senador comentou o relatório da Globe, entidade britânica que discute as mudanças climáticas, propondo novos parâmetros para o desenvolvimento mundial.

Interior deve sofrer mais com a crise, diz Goellner

No Brasil, os efeitos da crise financeira internacional poderão ser sentidos com mais intensidade no interior. Segundo Gilberto Goellner (DEM-MT), essa foi a avaliação dos participantes do seminário Cuiabá e a Crise, tendo em vista que os gestores municipais dispõem de menos instrumentos para apresentar ações e remanejar recursos como forma de reduzir os efeitos de uma eventual recessão.

O senador participou do evento, promovido pela prefeitura de Cuiabá, que contou ainda com a presença de Tasso Jereissati (PSDB-CE), de deputados federais, do economista Paulo Rabello de Castro e de estudiosos do tema. As avaliações do encontro foram reunidas na "Carta de Cuiabá", considerada



Gilberto Goellner relata as conclusões do seminário Cuiabá e a Crise

por Goellner "um produto fiel de análise detida, aprofundada e técnica" da atual crise.

– O mundo empresarial que surgirá da derrocada será novo a todos. Estará voltado para o binômio energia/meio ambiente. Sem que se consiga estabelecer um equilíbrio entre esses dois itens, nada se poderá falar em retomada de crescimento eco-

nômico – observou.

Goellner afirmou que a crise financeira global não deve impedir a realização de projetos de infra-estrutura que beneficiem o escoamento da produção agrícola de Mato Grosso, setor que registrou crescimento anual de 10% nos últimos seis anos.

O senador disse que, se não forem tomadas medidas urgentes para a política de sustentação de preços mínimos no momento da colheita, em 2009, haverá perdas individuais e coletivas "tão devastadoras" que marcarão negativamente a história econômica do estado.

Goellner destacou a participação dos produtores rurais em parcerias público-privadas, "o que já possibilitou a pavimentação de mais de 2 mil quilômetros de estradas em Mato Grosso".

Papaléo defende reajuste a servidor para aquecer economia

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) sugeriu reajustes para os servidores públicos como medida para aquecer a demanda por produtos e serviços e, assim, evitar a recessão econômica. Ele também defendeu a redução dos juros e da carga tributária. As medidas, dessa forma, possibilitariam, concomitantemente, fazer justiça ao funcionalismo, beneficiar o contribuinte e prevenir a "ameaça de uma quebra-

deira no setor produtivo".

Papaléo reconheceu que o governo prepara uma "ampla campanha de incentivo ao consumo e ao crédito", com redução de impostos para determinados setores da economia e prorrogação do prazo de recolhimento de impostos.

O representante do Amapá apontou também linhas de crédito colocadas à disposição do público por bancos estatais,



Papaléo Paes sugere redução dos juros e da carga tributária

mas ponderou quanto aos riscos de se tomar empréstimos diante de uma conjuntura econômica que se mostra cada dia mais imprevisível.



Alvaro Dias observa que prejuízo poderá superar US\$ 5 bilhões

Alvaro: outros países podem seguir Equador em "calote"

Alvaro Dias (PSDB-PR) alertou ontem para o risco de o Brasil sofrer um calote gigantesco aos empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a partir de questionamentos do governo do Equador

sobre contratos firmados com o banco.

Agora os presidentes Hugo Chávez, da Venezuela, Evo Morales, da Bolívia, e Fernando Lugo, do Paraguai, determinaram a realização de auditoria nas suas dívidas externas, com a

mesma intenção do Equador.

– Avalia-se que o calote pode superar a cifra de US\$ 5 bilhões afirmou Alvaro Dias, observando que o prejuízo poderá ser ainda maior, já que o BNDES concedeu empréstimos a outros países.

O senador também citou a previsão da Organização das Nações Unidas (ONU) de que o país deverá crescer apenas 0,5%, o que considerou crescimento quase zero. Ele declarou que o governo adotou medidas pífias e insuficientes.



Jonas Pereira

Cristovam participou de seminário do educacionismo em Sorocaba

Cristovam anuncia ações pela educação

Cristovam Buarque (PDT-DF) apresentou em Plenário os resultados do 1º Seminário do Educacionismo em Terras Paulistas, ocorrido no fim de semana em Sorocaba (SP). Conforme o senador, cinco ações imediatas foram escolhidas para serem implementadas de imediato: obrigatoriedade do ensino médio; nivelamento da qualidade do ensino ministrado nas escolas públicas ao das particulares; criação de licença sabática para professores do ensino médio e fundamental; instituição do piso salarial de R\$ 950; e cumprimento da Lei Cristovam, que assegura a crianças a partir de quatro anos uma vaga em escola da rede pública próxima de suas residências.

Após a comunicação, por Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), da coleta de assinaturas no Senado em favor da indicação de seu nome para concorrer ao cargo de diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Cristovam disse considerar uma honra ter sido lembrado para assumir a função.

– É claro que é um desafio.



Geraldo Maggela

Mário Couto: ofício ao MP para que prefeito de Novo Progresso quite salários

Mário Couto defende pagamento a docente

Mário Couto (PSDB-PA) informou que vai encaminhar ofício ao Ministério Público do Pará para garantir o pagamento dos professores da rede pública de ensino da cidade de Novo Progresso. Segundo o senador, o prefeito do município foi derrotado nas eleições de outubro e estaria atrasando o pagamento do salário da categoria, a quem supostamente atribuiria o seu insucesso nas urnas. Os professores estão em greve para chamar a atenção das autoridades sobre o caso, disse o parlamentar.

– Virou rotina: perdi as eleições, então não faço mais nada. Me parece que a Lei de Responsabilidade Fiscal não é respeitada. A culpa é sua, prefeito, não culpe os professores, não – afirmou o senador.

Mário Couto voltou a cobrar a votação, pela Câmara, de três projetos que visam recompor as perdas dos aposentados e pensionistas. Ele lembrou que hoje será realizada a terceira vigília em favor da aprovação das propostas. A primeira teve início na noite do dia 18 e foi até as 6h do dia seguinte. A outra começou na noite de 26 e terminou à 1h25.

Sarney destaca Machado de Assis entre os grandes escritores do mundo

Senador faz resumo da biografia do escritor, "que acompanhava as idéias avançadas de sua época, como a adoção do sufrágio universal"

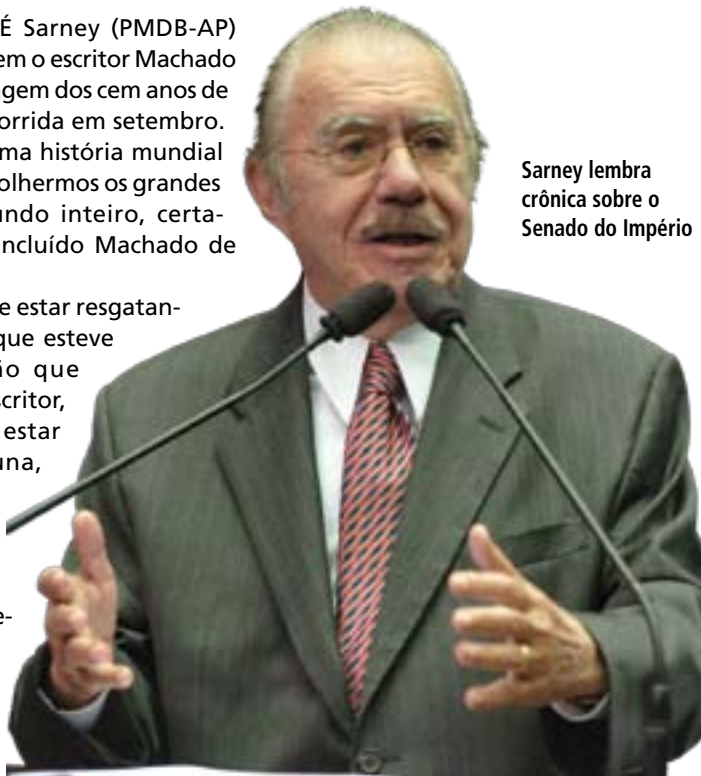
O SENADOR JOSÉ Sarney (PMDB-AP) homenageou ontem o escritor Machado de Assis pela passagem dos cem anos de sua morte, transcorrida em setembro.

– Se fizermos uma história mundial da literatura e escolhermos os grandes escritores do mundo inteiro, certamente aí estará incluído Machado de Assis – declarou.

José Sarney disse estar resgatando um dever, já que esteve ausente à sessão que homenageou o escritor, quando deveria estar presente à tribuna, por "pertencer à casa que Machado fundou e da qual foi o consolidador [a Academia Brasileira de Letras]".

O senador resumiu a biografia de Machado de Assis, desde o emprego de caixeiro viajante, passando pelo de tipógrafo, que o levou à imprensa e à vida literária. Ele lembrou crônica de Machado publicada, em 1860, sobre o Velho Senado do Império, vitalício.

Machado era precioso nos detalhes, afirmou Sarney, e por meio de seu texto é possível ver o retrato de cada um dos parlamentares, com "pinceladas que nos dão, mais do que se vissemos o retrato, a visão psicológica de cada um". Machado, acrescentou, era reservado



Sarney lembra crônica sobre o Senado do Império

Foto de Geraldo Maggela

em suas opiniões políticas, embora defendesse o liberalismo.

O escritor, lembrou Sarney, acompanhava as idéias mais avançadas da época, como a abolição da pena de morte e o sufrágio universal: "Não é tempo de iniciar a idéia da eleição direta e não censitária, de maneira a tornar efetiva a soberania popular?", escreveu. O senador revelou que Machado era a favor da eleição direta. E lembrou seus problemas de saúde, como a epilepsia e a doença ocular.

Concerto em homenagem a Artur da Távola

Patrono da extensa programação cultural promovida pelo Senado em 2008, o ex-senador Artur da Távola, falecido em maio deste ano, será homenageado no dia 9 com um concerto da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro, em Brasília. O evento é um dos últimos do Ano Cultural Artur da Távola. A orquestra é regida pelo maestro norte-americano Ira Levin.

No mesmo dia ocorrerá o lançamento da coletânea *Quem tem medo de música clássica?* – uma série de 160 programas exibidos ao longo de oito anos pela TV Senado e apresentados pelo ex-senador. A coletânea é formada por dois kits com três DVDs cada, contendo

ao todo 12 programas.

Haverá ainda a apresentação do vídeo *Artur da Távola*, produzido pela TV Senado. Além disso, ocorrerá o lançamento do livro *Salão de humor da Constituinte* e do Prêmio Senado Federal de História do Brasil, além da entrega de placas em homenagem aos colaboradores da Comissão Ano Cultural Artur da Távola. A programação começará às 20h, no Teatro Nacional Cláudio Santoro.

Artur da Távola morreu aos 72 anos, no Rio de Janeiro, em 9 de maio deste ano, vítima de problemas cardíacos. Além de político, era escritor, jornalista, advogado e professor.

CPI pode ser referência em ação antipedofilia

Os senadores Magno Malta (PR-ES), Virgínio de Carvalho (PSC-SE), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) estão em Hyderabad, na Índia, onde participam do terceiro encontro do Fórum de Governança da Internet (IGF, na sigla em inglês). Os parlamentares levam a experiência do Legislativo brasileiro na formulação de leis para a regulação da rede mundial de computadores e na construção de acordos, junto a provedores de internet, para ampliar o combate à pedofilia na rede.

Representando a CPI da Pedofilia, Magno Malta e Virgínio de Carvalho relatarão aos participantes do evento os entendimentos promovidos pelo colegiado que resultaram na assinatura, em julho, de termo de ajustamento de conduta entre o Google, o Ministério

Público Federal, a CPI da Pedofilia e a Safenet. Com o acordo, as autoridades policiais brasileiras passaram a ter acesso, de forma ágil, a dados fechados de usuários do Orkut, investigados pela prática de pedofilia na internet.

Os parlamentares devem apresentar ainda os termos do acordo que está sendo firmado junto às empresas de telecomunicações também visando assegurar o armazenamento e a disponibilização de dados sobre internautas investigados pelas autoridades brasileiras. A expectativa da CPI é que a experiência brasileira sirva como referência para a construção de acordos mundiais sobre o uso seguro da rede, garantindo compromissos de grandes provedores, como o Google, com os governos dos países onde a empresa atua.



Geraldo Maggela

Para João Pedro, debate sobre a crise econômica passa pelo tema ambiental

João Pedro elogia meta contra desmatamento

João Pedro (PT-AM) parabenizou da tribuna o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, pelo lançamento, ontem, do Plano Nacional de Mudança Climática. O senador elogiou as "metas ambiciosas" do plano, citando duas: a diminuição do desmatamento em 40% até 2010 e a redução da emissão de gás carbônico na atmosfera em 4,8 bilhões de toneladas até 2018.

O parlamentar mencionou o aumento do desmatamento constatado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) nos últimos 12 meses, totalizando 3,8%. Foram, de acordo com o senador, 11.968 quilômetros quadrados a menos de florestas, cerca de oito vezes o tamanho do município de São Paulo. "Não podemos conviver com esses números", afirmou.

Para João Pedro, a discussão sobre a crise econômica internacional tem de passar pelo tema ambiental. "O debate econômico não pode ser feito sem o componente ambiental, sob pena de comprometer a vida no planeta", acrescentou.



Geraldo Maggela

Mesquita Júnior quer mudanças na forma de identificar o eleitor

Mesquita Júnior relata denúncia de fraude

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) manifestou sua preocupação com denúncia de fraudes nas últimas eleições no Acre, ao citar reportagem do *Correio Braziliense*.

– Nosso respeito é enorme e profundo pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral [Carlos Ayres Brito], mas fico preocupado quando ele diz que tudo correu com normalidade. Em meu estado, a fraude correu solta – disse.

De acordo com o senador, representantes de uma coligação do município de Sena Madureira (AC) tiveram acesso, com autorização do juiz eleitoral, às cópias das folhas de votação das eleições gerais de 2006 e das municipais de 2008. A comparação de assinaturas nos documentos mostrou a existência de eleitores que assinaram o livro há dois anos e agora colocaram a digital, além de outras que não conferem.

– Precisamos mudar a maneira de identificar o eleitor para que alguém não compareça no lugar de outro, para que o processo eleitoral represente de fato a vontade de cada cidadão – afirmou.